

| | |
|-------------------------------|----------|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | |
| Divisão de Apoio às Comissões | |
| COFAP | |
| Nº Único | 409200 |
| Entrada/Outra nº | 232 |
| Data | 11/10/11 |

APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

Data: 6 de Outubro de 2011

Ex.º Presidente da Comissão de
Orçamento, Finanças e
Administração Pública
Deputado Eduardo Cabrita
Palácio de S. Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: Resumo medidas mais importantes de apoio ao sector aquícola.

Ex. Sr. Presidente da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública,
Deputado Eduardo Cabrita.

Vem por este meio a APA – Associação Portuguesa de Aquacultores agradecer a V. Ex.ª e a todos os Srs. Deputados da Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública a disponibilidade em receber os representantes desta Associação. A audiência teve como finalidade apresentar o sector aquícola e expor alguns dos problemas e constrangimentos que este atravessa, assim como algumas propostas de apoio.

A audiência foi presidida pelo Sr. Deputado Paulo Batista Santos e contou também com a presença de Sr. Deputado João de Almeida. A APA esteve representada por Carlos Henriques, Manuela Castro e Fernando Gonçalves. Em baixo são apresentados os assuntos abordados assim como as respectivas propostas de apoio ao sector, algumas já do conhecimento dos Srs. Deputados, e que urge implementar:

1. Seguro Aquícola

A publicação do Decreto-Lei nº21/2011 criou o novo Seguro Aquícola, denominado AQUISEGURO. No entanto continua por publicar a Portaria que irá regulamentar este Seguro, tendo sido solicitado a V. Ex.ª as diligências necessárias no sentido desta Portaria ser publicada o mais breve possível. Relembramos que este tipo de Seguro bonificado já existe em países da EU, tal como a Espanha, colocando os produtores



APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

nacionais em desvantagem competitiva face aqueles, diminuindo desta forma a competitividade e estabilidade das empresas nacionais.

2. Electricidade Verde

a) Pagamento do apoio anterior

Com a publicação do Despacho nº 7428/2010 foi implementado um apoio ao sector sobre os custos da electricidade no valor máximo de 20% sobre esses mesmos custos. Estava inicialmente previsto o pagamento deste apoio em Agosto passado. No entanto este pagamento foi posteriormente adiado para o início de Setembro e mais recentemente, segundo informações do IFAP, está apenas previsto o seu pagamento em Dezembro. Torna-se urgente que este apoio, que está previsto no Orçamento Geral do Estado, seja pago na sua totalidade aos produtores aquícolas de modo a minimizar os graves estrangulamentos financeiro que os produtores estão a ter nas suas tesourarias.

b) Renovação do apoio

Este apoio que, após o devido pagamento, permitirá reduzir um pouco os custos de produção das empresas foi concedido apenas para o período de Maio 2010 a Maio 2011. Torna-se vital para o sector que este seja renovado e implementado definitivamente, pois os custos com a electricidade são dos mais elevados da Europa, estrangulando dessa forma algumas das empresas altamente dependentes desta fonte de energia e condicionando a sua competitividade num mercado aberto.

3. Maternidades de bivalves

Actualmente o sector aquícola nacional tem na produção de bivalves uma importante fatia da sua produção total. No entanto existe um enorme entrave ao desenvolvimento deste subsector (moluscicultura) que é a falta de sementes disponíveis devido à inexistência de maternidades em Portugal e à incapacidade de as maternidades Francesas e Espanholas em responder a todas as solicitações dos produtores nacionais. Desta forma torna-se essencial que se construam pequenas novas maternidades, tal como existe em Espanha, para fornecimento gratuito das sementes aos produtores. Com a implementação desta medida a produção nacional irá

6



umentar exponencialmente com a devida criação de riqueza no país. Foi já entregue ao Sr. Secretário de Estado do Mar uma proposta da Associação para a criação deste tipo de estruturas, que em nossa opinião, a médio prazo, viria criar mais de 20 000 postos de trabalho, uma produção de 44 000 toneladas (a maioria para exportação) e volumes de negócio estimados superiores a 200 milhões de €.

4. IVA aplicado às ostras

Foi também dado conhecimento à Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças o facto de as ostras serem o único bivalve a ser comercializado com a taxa de IVA normal (23%). Naturalmente esta situação coloca alguns entraves à venda deste bivalve no mercado nacional usando-se a exportação para Espanha e posterior importação como maneira de se “contornar” a situação. Devido a este facto o Estado continua a perder grande parte da receita, existindo também um menor consumo deste bivalve.

5. Imposto de Valor Acrescentado (IVA)

Actualmente todos os produtores aquícolas que comprem materiais para as suas empresas pagam o valor máximo de IVA. No entanto, aquando da venda dos seus produtos (peixe, bivalves...) incluem nas suas facturas a taxa mínima do IVA, ficando credores de IVA por longos períodos, descapitalizando ainda mais as suas já debilitadas tesourarias. Como tal, torna-se necessário a aplicação de um regime de isenção/redução do pagamento do Imposto de Valor Acrescentado (IVA), na compra de material e acessórios usados pelas empresas do sector, tal como já existe para o sector das pescas (artigo 14º do Código do IVA, nomeadamente as suas alíneas d), e) e f). Esta medida permitirá melhorar a situação financeira das empresas, e tornar os investimentos de renovação, ou de ampliação, mais acessíveis.

6. Redução da carga fiscal sobre combustíveis usados nas empresas aquícolas

Os Produtores possuem e utilizam maquinaria diversa, tractores, veículos e barcos de apoio que não possuem qualquer redução da carga fiscal sobre os combustíveis



APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

6

usados na sua actividade. Esta situação torna-se altamente injusta quando toda a produção primária (agricultura e pecuária) nacional e Europeia, possui este tipo de apoio, exceptuando mesmo o sector aquícola nacional. Desta forma, e tendo em conta que o sector aquícola está de alguma forma ligado ao sector das pescas, deverá ser implementada uma redução fiscal sobre os combustíveis consumidos na maquinaria, tractores, veículos e embarcações de apoio usadas nas empresas aquícolas, tal como existe no sector da pesca. De acordo com um levantamento efectuado por esta Associação junto dos seus associados e outros produtores, em termos de Orçamento de Estado, esta redução significaria uma redução na receita à volta de 200.000 € (duzentos mil €) ano. Aproveitamos para informar, que a DGPA (Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura) efectuou um levantamento desta realidade a nível nacional, mas não foram ainda divulgadas as conclusões.

7. PME Investe

A introdução de uma linha de crédito bonificado para as micro, pequenas e médias empresas tornou-se numa medida muito importante para vários sectores económicos do país, incluindo a agricultura, pecuária e subsectores da pesca. No entanto, o sector aquícola ficou excluído, até à data, de todos os programas PME Investe, não beneficiando de melhores condições no acesso a linhas de crédito para realizar os seus investimentos produtivos. Deste modo propomos que o CAE da aquicultura (03210 – Aquicultura em águas marinhas e salobras; 03220 – Aquicultura em águas doces) seja integrado na linha de crédito bonificado PME Investe.

A implementação deste pacote de medidas básicas de apoio ao sector torna-se vital para que o país possa aumentar a sua produção aquícola, atrair e aumentar os investimentos no sector, criar mais-valias e riqueza no nosso país e inclusive contribuir de uma forma bastante vincada para a melhoria da situação económica do país. Apenas com um sector aquícola desenvolvido e forte, beneficiando das mesmas condições que os seus concorrentes Europeus, poderemos diminuir as elevadas importações de pescado, aumentando também as exportações, de modo a equilibrar a balança de pagamentos nacional.



APA

Associação Portuguesa de Aquacultores

Esta Associação gostaria de agradecer à Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública toda a disponibilidade em receber os representantes desta Associação, contando que esta Comissão Parlamentar possa intervir junto do Governo de forma a dinamizar os organismos para implementação das medidas e apoio ao sector.

A APA encontra-se ao inteiro dispor da Comissão Parlamentar para prestar todos os esclarecimentos e informações, mantendo o nosso convite para visitar algumas das empresas pertencentes aos nossos associados.

Com os melhores cumprimentos.

Pela Associação

Fernando Gonçalves

(Secretário-Geral APA)

